

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/4275	6351/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 16/2024/334/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica da DAT em anexo, propõe-se a aprovação das obras de urbanização.

O pedido de emissão do alvará de loteamento deverá ser solicitado no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento, nos termos previstos no artigo 76.º do RJUE, instruído com os elementos elencados no ponto 23 da portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, acompanhados da planta de síntese, em formato digital, e de 4 exemplares dessa peça desenhada, em papel.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/4152 de 5 de Fevereiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de licenciamento das obra de urbanização apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

No prazo de um ano, deve proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO _____ 16/2024/334/0
REGISTO DE ENTRADA _____ 2025-E-RE-19741
REQUERENTE _____
LOCAL DA OBRA _____ CAMINHO DO ALTO DA VERGADELA, FREGUESIA DE GUALTAR
ASSUNTO _____ APROVAÇÃO DAS OBRAS URBANIZAÇÃO

José Vilas Boas, Arqt.º _____ 02/02/2026

A. APRECIÇÃO DO PEDIDO

A.1. Enquadramento

A.1.1. Na sequência do licenciamento da operação de loteamento requerida por _____ sita no **CAMINHO DO ALTO DA VERGADELA, FREGUESIA DE GUALTAR**, foram apresentados os projetos de especialidades relativos às obras de urbanização.

A.2. Análise

- A.2.1. A operação de loteamento foi licenciada através da informação n.º I/7532/DAT/2024, emitida em 24/01/2024, a qual obteve **despacho de deferimento, exarado pelo Vereador do Pelouro do Urbanismo em 15/02/2024**.
- A.2.2. A aprovação ficou sujeita à posterior constituição de um lugar de estacionamento público destinado a indivíduos com mobilidade condicionada, que o requerente contemplou no projeto de sinalização rodoviária, o qual mereceu parecer favorável da Divisão de Mobilidade (DM).
- A.2.3. O terreno possui 14.580,00 m². **A área a lotear corresponde a 5.653,00 m²**, donde resulta uma área sobante de 8.927,00 m². A solução prevê 4.716,00 m² de superfície afeta aos lotes e 1.080,00 m² para implantação das construções. A área total de construção perfaz 2.160,00 m² e o volume 6.480,00 m³. O loteamento é composto por 6 lotes, numerados de 1 a 6, todos destinados a moradias unifamiliares isoladas, perfazendo o total de 6 fogos. As edificações dos lotes 1, 4 e 5 são compostas por 1 piso abaixo da cota de soleira (destinado a habitação e garagem) e 1 piso acima da cota de soleira (para habitação) e as dos lotes 2, 3 e 6 organizam-se em 1 piso abaixo da cota de soleira (destinado a habitação) e 1 piso acima da cota de soleira (para habitação e garagem).
- A.2.4. Ao domínio público é cedida a área total de **937,00 m²**, destinados a faixa de rodagem (630,00 m²), estacionamento (75,00 m²) e passeios (232,00 m²).
- A.2.5. Considerou-se dispensável a cedência de superfícies para espaços verdes e equipamento, a que corresponderiam 168,00 m² e 210,00 m², respetivamente. Obteve-se o valor de **7.357,51 €** para compensação dessas áreas.
- A.2.6. Foram apresentados os seguintes projetos de especialidades e respetivos orçamentos:
- a) **Projetos de infraestruturas viárias e de drenagem de águas pluviais**, que mereceram aprovação da Divisão de Manutenção e Infraestruturas (DMI).
 - b) **Projeto de sinalização rodoviária**, o qual foi aprovado pela Divisão de Mobilidade (DM).
 - c) **Projetos de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de resíduos urbanos**, que foram aprovados pela AGERE, tendo sido recebida a carta com o ofício n.º S15518-202510-DE, datado de 26/10/2025.
 - d) **Projeto de infraestruturas elétricas**, que mereceu aprovação da E-REDES, conforme comunicado através da Carta n.º 227/2023/DSAN-AAD, de 31/01/2023.
 - e) **Projeto de infraestruturas de telecomunicações (ITUR)**, o qual foi elaborado de acordo com a legislação em vigor.
 - f) **Projeto da rede de gás**, que dispõe de informação da Portgás, na qual se considera que a rede projetada facilmente integrada na rede de distribuição de gás natural prevista para o concelho de BRAGA, conforme ofício referenciado com o ofício n.º DTS 00170_2025, de 10/01/2025.



A.2.7. Foi apurado o seguinte valor da caução para garantia de execução das obras de urbanização:

Especialidades	Entidade	Orçamento
Infraestruturas Viárias	DMI	57.099,62 €
Drenagem Águas Pluviais	DMI	18.076,50 €
Sinalização Rodoviária	DM	380,00 €
Abastecimento de Água	AGERE	7.908,26 €
Drenagem Águas Residuais	AGERE	10.915,80 €
Resíduos Sólidos Urbanos	AGERE	381,30 €
Infraestruturas elétricas	E-REDES	17.428,00 €
Rede distribuição gás	PORTGÁS	14.451,00 €
Telecomunicações - ITUR		3.478,50 €
Orçamento global		130.118,98 €

A.2.8. Nos termos do n.º 3 do Artigo 54.º do RJUE em vigor, o valor acima determinado será acrescido de 5%, sendo o **montante total da caução apurado de 136.624,93 €**.

A.2.9. A operação urbanística está sujeita ao pagamento de **Taxa Municipal de Urbanização (TMU), no valor de 7.613,27€**.

A.2.10. Para efeitos de cálculo de taxas, o loteamento situa-se na **Área 1** da planta anexa à tabela de taxas.

A.2.11. Deverá ser fixado o prazo de **12 meses** para a conclusão das obras de urbanização.

A.2.12. Considerando a dimensão das áreas cedidas (630,00 m² para faixa de rodagem + 75,00 m² para estacionamento + 232,00 m² para passeios), o montante fixado para a caução (136.624,93 €) e que o loteamento se situa fora do perímetro urbano da cidade de Braga, os valores apurados para a inventariação de bens públicos são os seguintes:

- **Infraestruturas viárias** (faixa de rodagem + estacionamento + passeio):

$$= 50\% \times 136.624,93 \text{ €} + 10,00 \text{ €} \times (630,00 \text{ m}^2 + 75,00 \text{ m}^2 + 232,00 \text{ m}^2) = \mathbf{77.682,46 \text{ €}}$$
 [equivalente a **82,91 €/m²**]

B. CONCLUSÃO

B.1. Face ao exposto, proponho a **aprovação das obras de urbanização**.

B.2. O pedido de emissão do alvará de loteamento deverá ser solicitado no **prazo de um ano** a contar da data de notificação do ato de licenciamento, nos termos previstos no artigo 76.º do RJUE, **instruído com os elementos elencados no ponto 23 da portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, acompanhados da planta de síntese, em formato digital, e de 4 exemplares dessa peça desenhada, em papel.**



PROCESSO	718/201
REQUERIMENTO	52896/2023, DE 15/08/202
REQUERENTE	
LOCAL DA OBRA	CAMINHO DO ALTO DA VERGADEL/ FREGUESIA DE GUALTA
ASSUNTO	LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

Informação: I/7532/DAT/202
24/01/202

A. APRECIÇÃO DO PEDIDO

A.1. Enquadramento

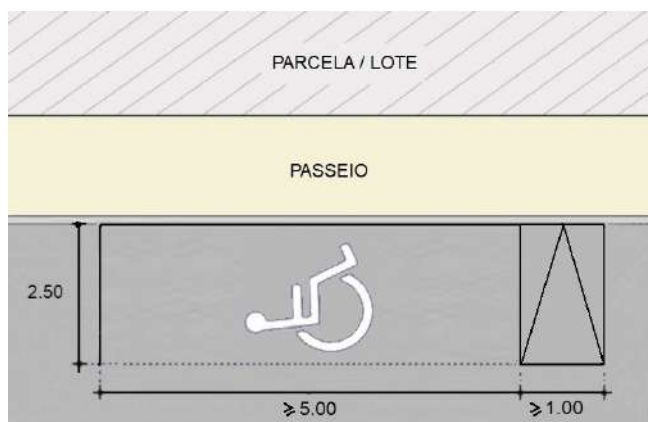
- A.1.1. complementou o pedido de licenciamento para operação de loteamento no Caminho do Alto da Vergadel da Freguesia de Gualtar.
- A.1.2. Mantém intenção de constituir 6 lotes, destinados a habitação unifamiliar isolada.

A.2. Instrução

- A.2.1. O pedido encontra-se instruído com os elementos da Portaria 113/2015, de 22 de abril.

A.3. Análise

- A.3.1. O terreno a lotear encontra-se classificado, na **Planta de Classificação e Qualificação do Solo do Plano Diretor Municipal (PDM)**, como **Espaço urbano de baixa densidade (BD2)**.
- A.3.2. Ponderados os valores estabelecidos no PDM vigente, verifica-se que o índice de utilização máximo admissível corresponde a 0,4 m²/m², sendo que acima da cota de soleira não pode ultrapassar o valor de 0,20 m²/m². A proposta prevê os valores de 0,38 m²/m² e 0,19 m²/m², respetivamente.
- A.3.3. O índice de impermeabilização corresponde a 36%, inferior ao máximo de 55% estabelecido no PDM.
- A.3.4. No que concerne ao estacionamento, os lugares disponíveis no loteamento comportam as necessidades de estacionamento público resultantes do n.º de fogos previstos, sendo os lugares privativos supridos pela previsão do uso para garagem no interior dos lote
- A.3.5. Validado o cumprimento dos parâmetros urbanísticos consagrados naquele instrumento de planeamento territorial e conferido cumprimento de outras prescrições regulamentares aplicáveis, pode concluir-se que não se colocam objeções ao pedido.
- A.3.6. Não obstante, **deve prever-se um lugar de estacionamento destinado a pessoas com mobilidade condicionada**, nos termos da Secção 2.8 (espaços para estacionamento de viaturas) das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada (anexo ao decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto). Nessa zona deve ser efetuada a ligação da faixa de rodagem para o passeio mediante a colocação de rampa com o mínimo de 1 metro de largura, situado na parte anterior ou posterior do lugar previsto, como esquematizado na seguinte imagem:



- A.3.7. Sugere-se que esse lugar se situe em frente ao Lote 3, o qual deverá constar da planta de síntese a entregar juntamente com os projetos de especialidades das obras de urbanização, ficando a aprovação final sujeita a essa modificação.



- A.3.8. No que respeita à concertação de solução para a via projetada, a acordar entre os requerentes dos Processos n.ºs 1549/2018, 1734/2021 e n.º 36171/2022, não se afigura plausível que os processos sejam aprovados em simultâneo.
- A.3.9. Considerando que o prédio deste processo possui autonomia relativamente aos restantes, já que é o menos dependente da solução que vier a ser implementada, deverá ponderar-se a aceitação faseada das infraestruturas (nomeadamente a via estruturante), viabilizando a operação de loteamento e o traçado viário que lhe está subjacente (que se afigura consensual e mereceu anteriormente a aceitação da Divisão de Mobilidade).
- A.3.10. No demais, foi dada resposta ao enunciado no anterior parecer (inf. I/97091/DAT/2023, de 3/11/2023).
- A.3.11. Os lotes resultantes da operação de loteamento possuem as características que o seguinte quadro sinóptico traduz:

Lote	Áreas							Altura máxima fachada	Volumetria	N.º fogos	N.º pisos		Cota soleira
N.º	Lote	Implantação máxima	Construção máxima								Total		
			↓CS		↑CS								
			Garagem	Habitação individual	Garagem	Habitação individual							
1	729,50 m²	180,00 m²	60,00 m²	120,00 m²		180,00 m²	360,00 m²	7,00 m	1.080,00 m³	1	1	1	285,50
2	775,00 m²	180,00 m²		180,00 m²	50,00 m²	130,00 m²	360,00 m²	7,00 m	1.080,00 m³	1	1	1	285,50
3	765,00 m²	180,00 m²		180,00 m²	50,00 m²	130,00 m²	360,00 m²	7,00 m	1.080,00 m³	1	1	1	285,50
4	760,00 m²	180,00 m²	60,00 m²	120,00 m²		180,00 m²	360,00 m²	7,00 m	1.080,00 m³	1	1	1	285,50
5	807,00 m²	180,00 m²	60,00 m²	120,00 m²		180,00 m²	360,00 m²	7,00 m	1.080,00 m³	1	1	1	285,50
6	879,50 m²	180,00 m²		180,00 m²	50,00 m²	130,00 m²	360,00 m²	7,00 m	1.080,00 m³	1	1	1	285,50
Total	4.716,00 m²	1.080,00 m²	180,00 m²	900,00 m²	150,00 m²	930,00 m²	2.160,00 m²	-	6.480,00 m³	6	-	-	-

- A.3.12. As áreas de cedência ao domínio municipal correspondem a **937,00 m²**, assim distribuídas:

Cedências ao domínio municipal	Faixa de rodagem	630,00 m²
	Estacionamento	75,00 m²
	Passeio	232,00 m²
Total		937,00 m²

- A.3.13. Não estão previstas áreas de cedência para equipamento e/ou espaço verde públicos, que corresponderiam a 210 m² e 168 m², respetivamente, totalizando 378 m² (nos termos do n.º 2 do art. 104.º do regulamento do PDM). Atendendo à dimensão e tipologia do loteamento, entendo que não se justifica a cedência de áreas para aqueles fins. Contudo, implicará o pagamento da compensação dessas superfícies em numerário e/ou espécie.
- A.3.14. Se efetuada em numerário, a compensação das áreas para espaços verdes e equipamento corresponde ao valor de **7.357,51 €**, assim calculado:

Compensação C = [(L * K * A(m²) * V) / 2] + (A _{ev} * 10 (€/m²))		Valores
Fator de Localização	L	0,75
Coefficiente Urbanístico	K	0,05
Área a compensar (A _{ev} + A _{eq})	A	378,00 m²
Valor do preço por metro quadrado de construção	V	801,06 €/m²
Área não cedida para espaços verdes	C	168,00 m²
Montante da Compensação		7.357,51 €

- A.3.15. A Taxa Municipal de Urbanização (TMU) equivale ao montante de **7.613,27 €**, obtido da seguinte forma:

Taxa Municipal de Urbanização (TMU) = i x l x u x A x C (€)		Habitação
Tipo de operação urbanística	i	0,008
Localização da operação urbanística	l	1
Tipo de utilização das edificações	u	1
Área bruta de construção	A	109,20 m²
Custo correspondente à área do metro quadrado de construção da habitação para efeitos do cálculo da renda condicionada	C	801,06 €/m²
Valor (TMU)		7.613,27 €

- A.3.16. O que perfaz o total de **14.970,78 €** (7.357,51 € + 7.613,27 €).



A.3.17. A planta de síntese está em condições de ser aprovada condicionalmente (ver ponto A.3.7).

A.3.18. O local está inserido na **Área 1** da tabela de taxas.

B. CONCLUSÃO

- B.1. **A operação urbanística reúne condições para obter parecer favorável**, pelo que proponho o **deferimento condicional do pedido de licenciamento da operação de loteamento** (atendendo ao exposto no ponto A.3.7.)
- B.2. Os **projetos de especialidades referentes às obras de urbanização** e a **modificação à planta de síntese** deverão ser apresentados no **prazo de um ano**, contado a partir da data de notificação do ato de licenciamento, nos termos previstos no artigo 76.º do RJUE.



Processo nº 16/2024/334/0**Requerente:****Local da Obra:** Caminho do Alto da Vergadela – Gualtar**Data:** 02/10/2025**Unidade Orgânica:** Divisão de Mobilidade**Técnico Responsável:**

Informação Técnica

Analizou-se o presente processo no seguimento da atribuição da tarefa T/2025/107305, à Divisão de Mobilidade, com a solicitação de parecer por parte da Divisão de Procedimentos Urbanísticos. O processo consiste no Pedido de Licenciamento das Obras de Urbanização relativas à Operação de Loteamento cujo licenciamento foi requerido no Processo n.º 1/2019/718/0, destinada ao uso habitacional, em fase de apreciação do Projeto de Sinalização Rodoviária. No âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.

1. Verifica-se que foram introduzidas alterações ao Projeto de Sinalização que dão resposta à informação destes serviços que antecede a atual (Informação n.º 79130 de 06/08/2024).
2. Pelo exposto, considera-se que, ao nível da mobilidade, a pretensão reúne condições para o deferimento.



Figura 1. Planta de Sinalização, integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao presente processo através do Registo de Entrada n.º 2025-E-RE-19741, a 09/09/2025.



PROCESSO: 16/2024/334/0 de 11/07/2024

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-19741 de 09/09/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Caminho do Alto da Vergadela, Gualtar

ASSUNTO: Obras de Urbanização – Aperfeiçoamento dos projetos de especialidades

Exma. Sra. Chefe de Divisão,

T/2025/107303 30/09/2025

O requerente vem no apresentar no registo **2025-E-RE-19741 de 09/09/2025** novos elementos dos projetos de especialidade das infraestruturas viárias e da rede de drenagem de águas pluviais, com o intuito de dar resposta à informação **2025-4222 de 20/02/2025**, ambos acompanhados dos termos de responsabilidade dos seus autores a atestar a observação das normas legais e regulamentares aplicáveis na sua elaboração, dando reposta ao solicitado na informação que antecede. Assim, considera-se que os mesmos poderão ser **deferidos**.

Mais se informa que a estimativa orçamental para a execução das infraestruturas orça em **75 176,12 €** distribuída da seguinte forma:

- Infraestruturas viárias: **57 099,62 €;**
- Rede de drenagem de águas pluviais: **18 076,50 €.**

O requerente deverá comunicar o início dos trabalhos à Divisão de Manutenção de Infraestruturas com antecedência mínima de 5 dias e poderá ser exigido pelo Município, em fase de obra, no âmbito das regulares ações de fiscalização, a apresentação de documentação de controlo de qualidade.

Ainda em fase de obra, deverá ser **entregue o ensaio de inspeção vídeo** aos coletores e ramais de ligação instalados de acordo com a norma EN 13508-2, não devendo ser executados os trabalhos de pavimentação até à obtenção da análise desta inspeção vídeo com parecer positivo.

De referir ainda que, o pedido de vistoria para efeitos de receção provisória das infraestruturas deverá ser precedido da **entrega das telas finais georreferenciadas** (PT-TM06-ETRS89) do projeto contendo as peças desenhadas em suporte físico e digital que correspondam exatamente à obra executada.

À consideração superior.

07/10/2025

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE



Exmo. Senhor
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704 - 514 Braga

<i>Sua Ref.º:</i>		<i>Nossa Ref.º:</i>	S15518-202510-DE
<i>Sua Comunicação:</i>	30/09/2025	<i>Data:</i>	26/10/2025
<i>Assunto:</i>	Construção de infraestruturas de AA e SAR - Projeto de loteamento_ aditamento. Requerente Local da Obra: Caminho Alto Vergadela - Gualtar - Braga		

Na sequência da apresentação de projetos de aditamento de especialidade com processo da Câmara Municipal de Braga, n.º 334/2024, com um exemplar do projeto de construção de infraestruturas do loteamento, em nome de José Pereira Alves, para Caminho Alto Vergadela - Gualtar - Braga, informamos:

Abastecimento de água:

Não foram apresentados novos elementos, mantendo-se a informação prestada através da carta com ofício n.º S14643-202409-DE de 30/09/2024, com o seguinte conteúdo:

“O loteamento em análise, apresenta seis lotes destinados a habitações unifamiliares.

A instalação da conduta proposta para este loteamento é em PEAD DN 90 mm, PN10, de acordo com as peças escritas apresentadas.

O projeto da rede de abastecimento de água pode ser aprovado referindo-se o seguinte:

A ligação à rede pública deverá ser feita à conduta DN 90 mm em PVC, existente na rua da Vergadela.

Mais se informa que à data de hoje a rede pública apresenta uma pressão estática de 41,5 m.c.a., para uma cota de 284 m, podendo nas horas de maior consumo a pressão baixar. Desta forma se pretenderem pressões de conforto superiores, deverão encontrar soluções alternativas para garantia da pressão pretendida.

No caso de existir um sistema de rega dos espaços verdes, deverá constituir preferencialmente um único ponto de ligação à rede de abastecimento principal. A jusante da válvula de seccionamento deverá ser executada um nicho para instalação



de contador.

Depois deste contador é que se desenvolverá a rede de rega.

O requerente deverá prestar uma caução no valor de 7 908,26 €. ´

Acrescenta-se o seguinte:

Toda a tubagem enterrada deve ser identificada com fita sinalizadora azul, com referência ÁGUA, colocada de 10 a 30 cm acima do aterro do extradorso superior da tubagem.

Mais se informa que a AGERE tem como um dos objetivos estratégicos a redução de perdas de água, desta forma as condições de fornecimento de água em termos de pressão disponível poderão sofrer alterações.

Saneamento

Drenagem de águas residuais:

O projeto aditamento apresentado é igual ao aprovado através da carta com ofício n.º S11894-202508-DE de 19/08/2025, com o seguinte conteúdo:

´O projeto aditamento dá cumprimento ao solicitado através da carta com ofício n.º S14643-202409-DE de 30/09/2024 e carta com ofício n.º S08718-202506-DE de 17/06/2025, apresentando a ligação ao coletor público DN 200mm.

Toda a tubagem enterrada deve ser identificada com fita sinalizadora castanha com referência Saneamento, colocada de 10 a 30 cm acima do aterro do extradorso superior da tubagem.

Aconselha-se o diâmetro de DN 125mm, em PVC liso, PN10, para os ramais domiciliários, dado tratar-se de habitações unifamiliares.

A dimensão interior, em planta, das caixas de visita não deve ser menor que 1,20 m.

As tampas devem ser em ferro fundido, articuladas, anti-roubo, diâmetro Ø 600mm e classe adequada à utilização do pavimento, fabricadas de acordo com a norma NPEN-124, com a designação ´agere” e “Águas Residuais”, com classe D400.

As dimensões mínimas interiores em planta das CRL deverão ser de 60x60 em seção quadrada e diâmetro de DN 800 em seção circular para alturas inferiores ou iguais a 1 metro.

Para alturas da CRL entre 1,0 e 1,50 m as dimensões mínimas interiores em planta serão de 80x80 em seção quadrada e diâmetro de DN 800, em seção circular.

Sempre que necessário devem ter degraus.



O requerente deverá prestar uma caução no valor de 10 915,80 €.

O projeto aditamento encontra-se aprovado de acordo com o acima exposto. ´

Mais se informa que a AGERE tem como um dos objetivos estratégicos a redução de afluências indevidas, pelo que deverão ter em atenção os materiais e as condições de estanqueidade na instalação dos coletores e caixas de visita das redes horizontais.

Resíduos Urbanos:

Não foram apresentados novos elementos, mantendo-se a informação prestada através da carta com ofício n.º S08718-202506-DE de 17/06/2025, com o seguinte conteúdo:

´Em conformidade com o parecer emitido no E22999-202408, **emite-se parecer favorável à proposta apresentada.**

Deverá ser previsto lancil em rampa para movimentação do contentor do plano do passeio para o plano da via.

A esta infraestrutura corresponde uma caução de 381,30€. ´

Condições de aprovação:

Deverá comunicar obrigatoriamente e por escrito, o início da execução das infraestruturas, com o mínimo de oito dias de antecedência e indicar o prazo de duração da obra, para que a AGERE acompanhe os trabalhos e efetue a fiscalização da rede.

Deverão ser apresentados todos os elementos relativos à classe dos materiais, homologação e comprovativos dos ensaios efetuados, para serem presentes ao projeto apresentado.

O pedido de vistoria para efeitos de receção provisória das infraestruturas deverá ser precedido da entrega dos seguintes documentos:

Telas finais georreferenciadas do projeto urbanístico contendo peças escritas e desenhadas das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais em suporte físico e informático, que correspondam exatamente à obra executada, rede e equipamentos urbanos de acordo com o ficheiro “template” disponibilizado pela AGERE/Departamento de Engenharia.

Ensaio de pressão nas condutas de abastecimento de água instaladas ao abrigo do art.º 111 do decreto-lei n.º 23/95 de 23 de agosto e inspeção vídeo aos coletores e ramais de águas residuais instalados de acordo com a norma EN 13508-2.

As tampas das cabeças das válvulas deverão estar de acordo com o desenho em anexo.



As tampas das caixas de águas residuais deverão estar de acordo com o desenho anexo.

No âmbito das competências desta empresa, comunica-se que na fase de receção das infraestruturas caso se verifiquem deficiências de instrução do processo e/ou incumprimento das formalidades atrás referidas, será o pedido de vistoria rejeitado liminarmente, que determinará ou executará as obras de acordo com a tomada de posse dos trabalhos definidos na legislação em vigor.

Com os melhores cumprimentos,

Assessoria de Obras Particulares



Direção Serviço aos Ativos MT e BT - Norte
Área de Ativos Douro
Avenida do Sol, nº18 1º
4714-509 Braga
Tel:218 100 100
Fax:218 100 100

Exmo. Senhor

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		Carta/227/2023/DSAN-AAD	31-01-2023

Assunto: Aprovação de Projeto de Infraestruturas Elétricas de Serviço Público
Requerente:
Localização: Rua do Alto da Vergadela – Gualtar - Braga
Pedido 890000102895

Exmo. Senhor,

Remete-se para o endereço eletrónico a versão digital do projeto aprovado das Infraestruturas elétricas em apreço, promovido pelo Requerente em assunto, o qual deverá cumprir as condições técnico-administrativas apresentadas em Anexo bem como as seguidamente referenciadas:

Responsabilizar-se pela execução das Infraestruturas elétricas em conformidade com o projeto aprovado e sob fiscalização E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A., nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Fornecer à E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A., no prazo de 30 (trinta) dias, uma coleção de todas as peças do projeto das infraestruturas elétricas, de acordo com as retificações aprovadas, em formato digital com extensão dxf, georreferenciados no sistema hayford – gauss, datum 73.

Solicitar e liquidar na E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A., pelo menos com 10 meses de antecedência, as impositivas devidas aos encargos do Requerente, designadamente:

- ligações da infraestrutura à rede pública;
- encargos com reforço das redes.

O fornecimento de energia elétrica aos diversos edifícios ou ligações provisórias para obras só poderá efetuar-se após conclusão, receção e ligação das Infraestruturas Elétricas do loteamento/urbanização à rede pública.

A ligação do(s) respetivo(s) circuito(s) de iluminação pública, só será possível após autorização e celebração de contrato de fornecimento de energia elétrica, pela autarquia onde se inserem esta(s) infraestrutura(s).

A E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A. reserva-se o direito de arquivar todo o processo, e/ou de não proceder à ligação à rede de distribuição de energia elétrica, nem à instalação de quaisquer contadores (ainda que de o provisórios), no caso do respetivo Requerente não cumprir integralmente as condições contidas na presente comunicação respetivo Anexo (condições técnico-administrativas).

Para efeitos de caução, destinada a garantir a boa e regular execução das Infraestruturas Elétricas e outros encargos, se o valor de 17.428,00 €.



Esta caução é prestada a favor da Câmara Municipal, de acordo com os números 1, 2, e 3 do artº 54º do Decreto-Lei n.º de 16 de dezembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Pela análise do projeto, constatando-se a opção por colunas e luminárias de uso não corrente e/ou não padronizadas, for necessária a sua substituição, o Município deverá assegurar a entrega dos equipamentos de substituição. Caso o M não atue nos moldes referidos dentro do prazo concedido para o efeito, a substituição será efetuada por equipamento corrente.

As condições supra apresentadas, caso mereçam a concordância da Câmara Municipal, deverão constar do aloteamento/urbanização, do qual, após emissão, solicitamos que nos seja remetida uma cópia.

O prazo de validade da aprovação deste projeto será de 2 anos a partir da data da presente carta.

Com os melhores cumprimentos.



CONDIÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

Aprovação de Projeto de Infraestruturas Elétricas de Serviço Público

Requerente:

Localização: Rua do Alto da Vergadela – Gualtar - Braga

Pedido 890000102895

1. A execução dos trabalhos obedecerá ao projeto previamente aprovado pela E-Redes-Distribuição de Eletricidade. Eventuais alterações deverão ser atempadamente justificadas e merecer o acordo desta Empresa, e da Câmara Municipal, parte referente à Iluminação Pública. Sempre que ocorram alterações/correções ao projeto, é necessário, após acordo com a E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A. e/ou Câmara Municipal, fazer entrega de uma cópia devidamente atualizada dos desenhos, desenhadas em suporte informático em formato dwg, com pontos georreferenciados no sistema Hayford – Gauss, Datum 1976.

2. Dever-nos-á ser comunicado o início de trabalhos pela empresa responsável pela execução das infraestruturas elétricas, a qual deverá cumprir as seguintes condições:

- Estar certificado no “Sistema de Garantia de Qualidade”, de acordo com as Normas ISO 9000 ou equivalentes, ou ter sido qualificada no âmbito do Sistema de Qualificação de Fornecedores da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A. para executar os trabalhos pretendidos, atenta a sua natureza e valor;

- Ser titular de Alvará, Título de Registo ou registo no InCI, I.P., que habilite à execução de trabalhos incluídos na categoria “Instalações elétricas e mecânicas” e na correspondente subcategoria aplicável, devendo o valor orçamentado dos trabalhos a realizar não ultrapassar o valor das classes correspondentes à categoria e subcategorias em causa. Tratar-se de trabalhos com valor inferior a 10% do limite fixado para a classe 1, o Título de Registo emitido pelo InCI, I.P. poderá substituir o Alvará ou Título de Registo já referidos, para os mesmos efeitos. Estando em causa entidades legalmente estabelecidas noutros Estados Membros da União Europeia e não estabelecidas em Portugal, o seu registo no InCI poderá substituir o Alvará ou Título de Registo já referidos, para os mesmos efeitos;

- Dispor de um técnico responsável pelo projeto (existindo projeto a seu cargo) e um técnico responsável pela execução da infraestrutura a construir e a ligar às redes, com base na legislação em vigor, devendo, cada um deles, subscrever o correspondente termo de responsabilidade.

3. O executante deverá tomar conhecimento prévio, junto dos respetivos distribuidores ou operadores, de todos os trabalhos aéreos e/ou subterrâneos de outras canalizações coletivas (de energia elétrica, telecomunicações, águas, saneamento, etc.) existentes no local, de modo a evitar a sua danificação, responsabilizando-se integralmente pela reparação da mesma, desses traçados que eventualmente venham a ser danificados.

4. Exclusivamente no âmbito e para os efeitos da legislação em vigor aplicável ao setor elétrico, a fiscalização da obra será sempre da responsabilidade da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A.. O Requerente não poderá dar início aos trabalhos sem a E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A. confirmar estarem reunidas as condições legais para tal, devendo, para tal efeito, apresentar um cronograma de execução das obras, sob pena dos mesmos poderem não ser aceites por esta Empresa.

5. A natureza de alguns trabalhos que possam interferir, quer com instalações da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, quer com idênticas instalações de outros operadores, deverá implicar a presença de um elemento da fiscalização desta Empresa, pelo que os trabalhos não deverão ter início sem que se verifique aquela presença.

6. O Requerente será responsável pela coordenação da montagem das redes de águas, gás, saneamento, telecomunicações e eletricidade por forma a que a instalação da infraestrutura elétrica seja feita logo a seguir ao das redes de água e saneamento e segundo o esquema de ocupação do subsolo definido pela Câmara Municipal.

7. O Requerente será o único responsável pela reparação das avarias na eventualidade das redes de energia elétrica serem danificadas na sequência da instalação de outras Infraestruturas.

8. Os materiais a aplicar deverão ser de boa qualidade e obedecer às especificações da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A..

9. As amostras dos materiais deverão ser previamente submetidas à aprovação da fiscalização com a indicação dos fabricantes e das datas previstas para os ensaios/receções, os quais serão a expensas do Requerente ficando os resultados dos ensaios arquivados nesta Empresa. Deverão ser efetuados ensaios de conformidade, na presença da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A.



Eletricidade, S. A., aos materiais e equipamentos instalados, nomeadamente cabos isolados, transformadores de potência e armários de distribuição.

10. Durante o prazo de execução e de garantia, o Requerente será responsável pela reparação de todos os defeitos ou por danos que se verifiquem na obra em resultado de qualquer uma das causas a seguir descritas, que se tornem patentes durante o período de garantia:

- a) defeito nos materiais e equipamentos, nos processos de fabrico, construção e montagem;
- b) qualquer ato ou omissão do Requerente, empreiteiros ou subempreiteiros por si contratados;

11. O Requerente será responsável pela consequente substituição de qualquer peça, componente ou equipamento danificado por si fornecido.

12. Todas as reparações e substituições serão feitas com o mínimo de demora possível, sem encargos para a E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A. e com o mínimo de perturbação possível para a exploração.

13. Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que substituir outro ou qualquer parte da obra que tenha sido reparada, também em razão da mesma garantia a partir da data da sua entrada em serviço, um período de garantia idêntico ao inicial.

14. É da responsabilidade do requerente o fornecimento e montagem das Infraestruturas que constam no projeto aprovado, ressalvando-se o seguinte:

a) Os encargos resultantes de eventuais modificações de Infraestruturas (não da iniciativa da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A.), decorrentes da verificação de incompatibilidades com futura implantação dos lotes, não constituem circunstância alguma responsabilidade da E-Redes-Distribuição de Eletricidade, S. A.

b) Pela análise do projeto, constatando-se a opção por colunas e luminárias de uso não corrente e/ou não padrão quando for necessária a sua substituição, o Município deverá assegurar a entrega dos equipamentos de substituição. O Município não atue nos moldes referidos dentro do prazo concedido para o efeito, a substituição será efetuada com equipamentos de uso corrente.

Recomenda-se a consulta do "Guia Técnico de Urbanizações", disponível no site www.e-redes.pt.





Ex. mo Sr. Presidente da
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4704 - 514 BRAGA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

Data

DTS 00170_2025

10-1-2025

Assunto: Projeto Rede Gás:Processo Camarário: / Processo REN Portgás:**LBRG2025001**

Requerente:

Local: RUA DO ALTO DA VERGADELA

Freguesia: Gualtar

Ex^{mo}. Sr.:

Na sequência do contacto direto estabelecido pelo projetista, informamos Vs. Ex^{as}. que, após análise técnica, a rede de gás projetada para o loteamento supracitado, poderá ser integrada na rede de distribuição de gás prevista para o concelho de BRAGA, freguesia de Gualtar.

A Portgás possui uma listagem de empresas qualificadas para executar este tipo de trabalhos de acordo com as Especificações Técnicas e Procedimentos da Portgás e que conhecem a forma de entrega dos processos para a integração, pela Portgás, destas redes na sua rede de distribuição de gás. Aconselhamos a consulta dessa listagem de empresas no nosso site (www.portgas.pt).

Contudo, os ramais individuais de gás só poderão ser construídos após a construção do edifícios. É imprescindível que a execução dos mesmos aconteça no momento em que respectiva caixa de corte geral já esteja integrada no edifício.

Tendo como objetivo o acompanhamento técnico dos trabalhos, solicitamos a Vs. Ex^{as} que no informem atempadamente o início das obras, via e-mail (distribuicao@portgas.pt), ou via Telefone (808 100 900).

Ficamos à disposição de V. Ex^{as}. para qualquer esclarecimento complementar que julgu conveniente e subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

Em anexo: 1 Processo Digital

E340049 / 10/01/2025

portgas.pt

REN Portgás Distribuição, S.A.
Rua Linhas de Torres, 41
4350-214 Porto • Portugal

T +351 225 071 400
F +351 225 402 426

**energia
dia a dia**

NIF: 501991476 • Capital Social: 7909150,00 Euros



Código de validação: 902FPW1Z6GWNH9GCJT9XFRLIM
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 18 / 18